

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - DIREITO CONSTITUCIONAL	1
1.1 Constitucionalismo	3
1.2 Origem	3
1.3 Conceito	5
1.4 Objeto do direito constitucional	5
1.5 Fontes do direito constitucional.....	6
1.6 Neoconstitucionalismo	6
1.7 Constitucionalização do direito	10
1.8 Transconstitucionalismo	10
1.9 Sistematização do capítulo.....	11
1.10 Exercícios de fixação	13
CAPÍTULO 2 - CONSTITUIÇÃO	17
2.1 Origem	19
2.2 Síntese histórica das constituições brasileiras	20
2.2.1 Constituição de 1824.....	20
2.2.2 Constituição de 1891.....	22
2.2.3 Constituição de 1934.....	23
2.2.4 Constituição de 1937.....	24
2.2.5 Constituição de 1946.....	25
2.2.6 Constituição de 1967/1969	26
2.2.7 Constituição de 1988.....	27
2.2.8 Constituições provisórias.....	28
2.2.9 Momentos históricos que precederam a elaboração das Constituições	29
2.2.10 Quadro sistematizado das Constituições brasileiras.....	29
2.3 Conceito de constituição.....	31
2.4 Natureza jurídica.....	32
2.5 Concepções das constituições	33
2.5.1 Concepção sociológica de Constituição	33
2.5.2 Concepção política de Constituição.....	33

2.5.3	Concepção jurídica de Constituição	33
2.5.4	Concepção estrutural de Constituição.....	34
2.5.5	Diversas outras concepções de Constituição	34
2.6	Classificação das constituições.....	35
2.6.1	Quanto ao conteúdo	35
2.6.2	Quanto à forma	35
2.6.3	Quanto ao modo de elaboração	36
2.6.4	Quanto ao objeto ou ideologia.....	36
2.6.5	Quanto à estabilidade.....	37
2.6.6	Quanto à origem	38
2.6.7	Quanto ao sistema	38
2.6.8	Quanto ao modelo ou finalidade	38
2.6.9	Quanto ao tamanho ou extensão	39
2.6.10	Quanto à dogmática	39
2.6.11	Quanto à correspondência com a realidade política.....	40
2.6.12	Quanto à sistemática (critério sistemático).....	40
2.6.13	Quanto à origem da decretação	40
2.6.14	Outras classificações de Constituição	41
2.6.15	Classificação da Constituição brasileira	42
2.6.16	Esquema – Classificação das Constituições	42
2.7	Estrutura da constituição	45
2.7.1	Preâmbulo.....	46
2.7.2	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	47
2.8	Exercícios de fixação	47
CAPÍTULO 3 – PODER CONSTITUINTE.....		51
3.1	Conceito	53
3.2	Legitimidade do poder constituinte	54
3.3	Origem	55
3.4	Titularidade e exercício	56
3.5	Natureza jurídica.....	58
3.6	Espécies de poder constituinte.....	59
3.6.1	Poder constituinte supranacional	59
3.6.2	Poder constituinte originário	60
3.6.2.1	Conceito	60
3.6.2.2	Formas de expressão.....	61
3.6.2.3	Características do poder constituinte originário	63
3.6.2.3.1	Inicialidade	63

	3.6.2.3.2	Ilimitabilidade ou ilimitação	68
	3.6.2.3.3	Incondicionamento	70
3.6.3		Poder constituinte derivado	71
	3.6.3.1	Poder constituinte derivado de reforma (reforma- rador)	71
	3.6.3.1.1	Conceito	71
	3.6.3.1.2	Forma de expressão	72
	3.6.3.1.3	Características do poder consti- tuinte derivado de reforma	72
		3.6.3.1.3.1 Derivação	72
		3.6.3.1.3.2 Limitação	72
		3.6.3.1.3.3 Condicionamento	79
	3.6.3.2	Poder constituinte derivado difuso	81
	3.6.3.3	Poder constituinte derivado decorrente institu- cionalizador	84
		3.6.3.3.1 Derivação	85
		3.6.3.3.2 Limitação	85
		3.6.3.3.3 Condicionamento	88
	3.6.3.4	Poder constituinte derivado decorrente de re- forma estadual	88
		3.6.3.4.1 Derivação	88
		3.6.3.4.2 Limitação	89
		3.6.3.4.3 Condicionamento	89
3.7		Exercícios de fixação	90
CAPÍTULO 4 - NORMA CONSTITUCIONAL			93
4.1		Conceito	95
4.2		Classificação	95
	4.2.1	Quanto ao conteúdo	95
	4.2.2	Quanto à vinculação do legislador	96
	4.2.3	Quanto à eficácia e aplicabilidade	97
		4.2.3.1 Classificação bipartida das normas constitu- cionais	97
		4.2.3.2 Classificação tripartida das normas constitu- cionais	98
		4.2.3.3 Classificação quadripartida das normas consti- tucionais	100
		4.2.3.4 Norma constitucional de eficácia esvaída ou de aplicabilidade esgotada	101

4.2.3.5	Desenvolvimento e efetivação das normas constitucionais.....	101
4.2.4	Quanto à finalidade.....	102
4.2.5	Quanto à estrutura (finalidade do comando normativo)....	103
4.2.5.1	Princípios constitucionais.....	104
4.2.5.1.1	Princípios constitucionais fundamentais.....	104
4.2.5.1.2	Princípios constitucionais gerais.....	105
4.2.5.1.3	Princípios constitucionais setoriais.....	107
4.2.5.2	Superabilidade, derrotabilidade ou <i>defeasibility</i>	108
4.3	Exercício de fixação.....	109
CAPÍTULO 5 – HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL.....		111
5.1	Conceito.....	113
5.2	Princípios de interpretação constitucional.....	113
5.2.1	Princípio da unidade.....	113
5.2.2	Princípio do efeito integrador (eficácia integradora).....	113
5.2.3	Princípio da harmonização (ou concordância prática).....	113
5.2.4	Princípio da força normativa.....	114
5.2.5	Princípio da máxima efetividade (eficiência ou interpretação efetiva).....	114
5.2.6	Princípio da correção funcional (conformidade funcional ou justeza).....	114
5.2.7	Princípio da razoabilidade (proporcionalidade).....	114
5.2.8	Princípio da interpretação conforme a Constituição.....	115
5.3	Teoria dos poderes implícitos (<i>Implied Powers</i>).....	116
5.4	Métodos de interpretação constitucional.....	117
5.4.1	Método jurídico (hermenêutico clássico).....	117
5.4.2	Método tópico-problemático.....	117
5.4.3	Método hermenêutico-concretizador.....	118
5.4.4	Método normativo-estruturante.....	118
5.4.5	Método científico-espiritual.....	118
5.4.6	Método de comparação constitucional (interpretação comparativa).....	119
5.5	Exercícios de fixação.....	119
CAPÍTULO 6 – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....		123
6.1	Conceito.....	125
6.2	Origem.....	125

6.3	Pressupostos	129
6.4	Bloco de constitucionalidade.....	130
6.5	Tipos de inconstitucionalidade	133
6.5.1	Inconstitucionalidade formal, nomodinâmica ou extrínseca.....	133
6.5.2	Inconstitucionalidade material, nomoestática, de conteúdo, doutrinária, substancial ou intrínseca	134
6.5.3	Inconstitucionalidade por vício de decoro parlamentar ou finalística	135
6.5.4	Inconstitucionalidade por ação.....	135
6.5.5	Inconstitucionalidade por omissão	136
6.5.6	Inconstitucionalidade total.....	136
6.5.7	Inconstitucionalidade parcial.....	136
6.5.8	Inconstitucionalidade consequente, consequential, por arrastamento, secundária, por reverberação normativa ou por atração	137
6.5.9	Inconstitucionalidade reflexa, por via oblíqua ou por ato interposto.....	138
6.5.10	Inconstitucionalidade originária.....	139
6.5.11	Inconstitucionalidade superveniente	139
6.5.12	Inconstitucionalidade implícita	142
6.5.13	Inconstitucionalidade progressiva ou lei “ainda” constitucional ou declaração de constitucionalidade de norma em trânsito para inconstitucionalidade.....	142
6.5.14	Inconstitucionalidade causal	144
6.5.15	Inconstitucionalidade circunstancial	144
6.5.16	Inconstitucionalidade chapada, desvairada ou enlouquecida.....	144
6.5.17	Inconstitucionalidade Branca	144
6.6	Decisões proferidas em controle de constitucionalidade	145
6.6.1	Natureza	145
6.6.2	Técnicas de decisão em sede de controle de constitucionalidade	146
6.6.3	Atenuações do caráter retroativo do pronunciamento de inconstitucionalidade	149
6.7	Classificação do controle de constitucionalidade.....	151
6.7.1	Forma	151
6.7.1.1	Quanto ao objetivo.....	151

6.7.1.2	Fusão das formas de controle de constitucionalidade.....	151
6.7.1.2.1	Concretização do controle abstrato de constitucionalidade	151
6.7.1.2.2	Abstrativização do controle concreto de constitucionalidade.....	152
6.7.2	Espécies	152
6.7.2.1	Quanto à natureza do órgão de controle.....	152
6.7.2.2	Quanto ao momento de controle.....	153
6.7.3	Modalidades	161
6.7.3.1	Quanto ao número de órgãos	161
6.7.3.2	Quanto ao modo de exercício.....	162
6.8	Ações de controle concreto.....	163
6.8.1	Arguição de inconstitucionalidade.....	163
6.8.1.1	Conceito	163
6.8.1.2	Parâmetro e objeto de controle difuso	164
6.8.1.3	Cabimento.....	165
6.8.1.4	Iniciativa	166
6.8.1.5	Controle incidental de inconstitucionalidade nos tribunais	167
6.8.1.5.1	Participação no incidente de inconstitucionalidade.....	169
6.8.1.5.2	Controle de constitucionalidade por elevação de causa	170
6.8.1.6	Efeitos da declaração incidental de inconstitucionalidade.....	170
6.8.1.6.1	Teoria da transcendência dos motivos determinantes ou transcendência da <i>ratio decidendi</i> ou transcendência da <i>holding</i> ou efeitos irradiantes ou transbordantes da decisão.....	172
6.8.2	Ação Direta Interventiva (ADI).....	176
6.9	Ações de controle abstrato.....	176
6.9.1	Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).....	177
6.9.1.1	Base legal	177
6.9.1.2	Conceito	177
6.9.1.3	Cabimento.....	178
6.9.1.4	Pressupostos para o cabimento de ADI	181

6.9.1.5	Legitimidade	182
6.9.1.5.1	Pertinência temática	184
6.9.1.5.2	Capacidade postulatória	184
6.9.1.6	Intervenção de terceiros e <i>amicus curiae</i>	185
6.9.1.7	Procedimento	187
6.9.1.7.1	Inicial.....	187
6.9.1.7.1.1	Causa de pedir e pedido.....	188
6.9.1.7.2	Liminar.....	189
6.9.1.7.3	Procedimento sumário.....	190
6.9.1.7.4	Informações aos órgãos ou às autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado.....	191
6.9.1.7.5	Advogado-Geral da União (AGU)....	191
6.9.1.7.6	Procurador-Geral da República (PGR).....	192
6.9.1.7.7	Dilação probatória e audiência pública.....	192
6.9.1.7.8	Decisão	193
6.9.1.7.9	Coisa julgada inconstitucional.....	196
6.9.2	Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC)	197
6.9.2.1	Introdução.....	197
6.9.2.2	Conceito	199
6.9.2.3	Natureza jurídica	199
6.9.2.4	Finalidade.....	200
6.9.2.5	Objeto	200
6.9.2.6	Legitimidade	200
6.9.2.7	Procedimento	201
6.9.2.7.1	Inicial.....	201
6.9.2.7.2	Indeferimento liminar	202
6.9.2.7.3	Medida cautelar	202
6.9.2.7.4	Informações.....	202
6.9.2.7.5	Advogado-Geral da União (AGU) e Procurador-Geral da República (PGR).....	203
6.9.2.7.6	Decisão final	203
6.9.2.7.7	Modulação dos efeitos.....	204
6.9.3	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO)	204
6.9.3.1	Introdução.....	204

6.9.3.2	Conceito	205
6.9.3.3	Natureza jurídica.....	205
6.9.3.4	Finalidade.....	205
6.9.3.5	Objeto	206
6.9.3.6	Fungibilidade entre ação direta de inconstitucionalidade por ação e por omissão.....	207
6.9.3.7	Legitimidade ativa.....	208
6.9.3.8	Procedimento	208
6.9.3.8.1	Inicial.....	209
6.9.3.8.2	Indeferimento liminar.....	209
6.9.3.8.3	Medida cautelar.....	209
6.9.3.8.4	Informações	210
6.9.3.8.5	Advogado-Geral da União (AGU) e Procurador-Geral da República (PGR)	210
6.9.3.8.6	Decisão final.....	210
6.9.3.9	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão x mandado de injunção.....	212
6.9.4	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).....	213
6.9.4.1	Introdução	213
6.9.4.2	Conceito	214
6.9.4.3	Natureza jurídica.....	214
6.9.4.4	Preceito fundamental.....	214
6.9.4.5	Objetivo e objeto	215
6.9.4.6	Conversão de arguição de descumprimento de preceito fundamental em ação direta de inconstitucionalidade.....	216
6.9.4.7	Tipologia e modalidades	217
6.9.4.8	Arguição de descumprimento de preceito fundamental nos Estados	218
6.9.4.9	Legitimidade ativa.....	219
6.9.4.10	Procedimento	220
6.9.4.10.1	Inicial e indeferimento liminar	220
6.9.4.10.2	Liminar.....	220
6.9.4.10.3	Procedimento principal	221
6.9.4.10.4	Decisão final.....	221
6.9.5	Quadro comparativo entre as ações de controle abstrato de constitucionalidade federal	222

6.9.6	Representação de Inconstitucionalidade (RI)	224
6.9.6.1	Introdução.....	224
6.9.6.2	Conceito	224
6.9.6.3	Legitimidade ativa.....	225
6.9.6.4	Procedimento e peculiaridades.....	225
6.9.7	Representação de inconstitucionalidade e ação direta de inconstitucionalidade concomitantes.....	226
6.9.8	Recorribilidade.....	226
6.9.9	Outras ações de controle no âmbito estadual	227
6.10	Fluxogramas	228
6.11	Exercícios de fixação	232
CAPÍTULO 7 – DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS		235
7.1	Conceito	237
7.1.1	Posicionamento.....	237
7.1.2	Distinção entre direitos e garantias fundamentais	237
7.1.3	Natureza dos direitos e garantias fundamentais	238
7.2	Características	239
7.3	Eficácia e aplicabilidade	240
7.3.1	Eficácia vertical e eficácia horizontal dos direitos fundamentais	240
7.3.2	Eficácia irradiante dos direitos e garantias fundamentais...	242
7.3.3	Teoria dos quatro <i>status</i> de George Jellinek	242
7.4	Geração, gestação, gênese ou dimensão de direitos fundamentais ...	243
7.5	Rol não taxativo.....	245
7.6	Colidência e relatividade dos direitos e garantias individuais e coletivos.....	245
7.7	Abrangência dos direitos fundamentais.....	246
7.8	Direitos fundamentais básicos	246
7.8.1	Vida.....	247
7.8.1.1	Aborto.....	248
7.8.1.2	Pesquisa com células-tronco embrionárias	252
7.8.1.3	Eutanásia, distanásia e ortotanásia	253
7.8.2	Liberdade	254
7.8.3	Igualdade.....	260
7.8.4	Segurança.....	263
7.8.4.1	Segurança das relações jurídicas (art. 5.º, XXXV, XXXVI, LXXVIII).....	264

7.8.4.2	Segurança de domicílio (art. 5.º, XI)	265
7.8.4.3	Segurança das comunicações pessoais (art. 5.º, XII, <i>initio</i>).....	266
7.8.4.4	Segurança em matéria penal (art. 5.º, XXXVII a LXVII)	268
7.8.5	Propriedade	271
7.9	Exercícios de fixação	273
CAPÍTULO 8 – REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS.....		277
8.1	Conceito	279
8.2	Tipos de remédios constitucionais	279
8.2.1	<i>Habeas corpus</i> (art. 5.º, LXVIII).....	279
8.2.1.1	Histórico.....	279
8.2.1.2	Conceito	280
8.2.1.3	Fundamento.....	280
8.2.1.4	Cabimento	280
8.2.1.5	Espécies	281
8.2.1.6	Formalidades	281
8.2.1.7	Procedimento	281
8.2.1.8	Legitimidade	281
	8.2.1.8.1 Legitimidade ativa	281
	8.2.1.8.2 Legitimidade passiva	282
8.2.1.9	Competência.....	282
8.2.1.10	Exceção constitucional ao cabimento do <i>habeas corpus</i>	284
8.2.2	Mandado de segurança individual (art. 5.º, LXIX)	285
8.2.2.1	Histórico.....	285
8.2.2.2	Conceito	286
8.2.2.3	Espécies	286
8.2.2.4	Requisitos	287
	8.2.2.4.1 Direito líquido e certo	287
	8.2.2.4.2 Ato atacável.....	288
	8.2.2.4.3 Cabimento residual	289
8.2.2.5	Legitimidade	289
	8.2.2.5.1 Legitimidade ativa	289
	8.2.2.5.2 Legitimidade passiva	290
8.2.2.6	Desistência	292
8.2.2.7	Competência.....	292

8.2.2.8	Procedimento	295
8.2.2.9	Liminar	297
8.2.2.10	Decisão e recurso	298
8.2.2.11	Prazo	299
8.2.3	Mandado de segurança coletivo.....	300
8.2.3.1	Conceito	300
8.2.3.2	Objeto	301
8.2.3.3	Legitimidade	301
8.2.3.4	Liminar	302
8.2.3.5	<i>Right opt out e right opt in</i>	302
8.2.4	Mandado de injunção (art. 5.º, LXXI)	303
8.2.4.1	Conceito	303
8.2.4.2	Origem.....	303
8.2.4.3	Objeto	303
8.2.4.4	Pressupostos de cabimento	304
8.2.4.5	Mandado de injunção coletivo	304
8.2.4.6	Partes.....	305
	8.2.4.6.1 Legitimidade ativa	305
	8.2.4.6.2 Legitimidade passiva	305
8.2.4.7	Competência.....	305
8.2.4.8	Procedimento	306
8.2.4.9	Decisão	307
8.2.5	<i>Habeas data</i> (art. 5.º, LXXII).....	310
8.2.5.1	Conceito	310
8.2.5.2	Origem.....	311
8.2.5.3	Natureza	311
8.2.5.4	Objeto	311
8.2.5.5	Cabimento – tentativa extrajudicial frustrada	311
8.2.5.6	Partes.....	312
	8.2.5.6.1 Legitimidade ativa	312
	8.2.5.6.2 Legitimidade passiva	312
8.2.5.7	Competência.....	312
8.2.5.8	Procedimento	313
8.2.5.9	Natureza da decisão	315
8.2.6	Ação popular (art. 5.º, LXXIII)	315
8.2.6.1	Conceito	315
8.2.6.2	Origem.....	315

8.2.6.3	Natureza jurídica.....	316
8.2.6.4	Finalidade.....	316
8.2.6.5	Objeto.....	316
8.2.6.6	Partes.....	317
	8.2.6.6.1 Legitimidade ativa.....	317
	8.2.6.6.2 Legitimidade passiva.....	318
8.2.6.7	Atuação do Ministério Público na ação popular.....	319
8.2.6.8	Competência.....	320
8.2.6.9	Particularidades procedimentais.....	321
8.2.6.10	Natureza da decisão.....	322
8.2.6.11	Sentença.....	322
8.2.6.12	Coisa julgada.....	322
8.2.6.13	Custas e ônus da sucumbência.....	322
8.2.7	Ação civil pública.....	323
8.2.7.1	Introdução.....	323
8.2.7.2	Diferenciando mandado de segurança coletivo, ação popular e ação civil pública.....	324
8.2.7.3	Ação civil pública e políticas públicas.....	326
8.2.7.4	Legitimidade.....	327
8.2.7.5	Procedimento.....	331
	8.2.7.5.1 Inquérito civil.....	331
	8.2.7.5.2 Processo.....	333
8.2.7.6	Decisão.....	335
8.2.7.7	Coisa julgada.....	336
	8.2.7.7.1 Repercussão da coisa julgada na ação civil pública de tutela de interesse individual homogêneo.....	338
8.3	Tabela dos remédios constitucionais.....	341
8.4	Exercícios de fixação.....	343
CAPÍTULO 9 – NACIONALIDADE.....		345
9.1	Conceito.....	347
9.2	Nacionalidade originária e secundária.....	347
9.3	Critérios de aquisição da nacionalidade.....	347
9.4	Polipátridas e apátridas.....	349
9.5	Brasileiro nato (art. 12, I).....	349
9.6	Brasileiro naturalizado (art. 12, II).....	351
9.6.1	Espécies de naturalização.....	351
	9.6.1.1 Naturalização tácita ou grande naturalização.....	351

9.6.1.2	Naturalização expressa	351
9.6.1.2.1	Naturalização ordinária	352
9.6.1.2.2	Da expressão “na forma da lei”, contida no art. 12, II, <i>a</i>	352
9.6.1.2.3	Naturalização extraordinária (quin- zenária)	353
9.7	Situação constitucional dos portugueses (quase nacionalidade)	354
9.8	Tratamento jurídico do brasileiro nato e do naturalizado	355
9.8.1	Extradicação (art. 5.º, LI)	355
9.8.2	Cargos privativos de brasileiro nato (art. 12, § 3.º)	357
9.8.3	Composição do Conselho da República como cidadão (art. 89, VII)	357
9.8.4	Propriedade de empresa jornalística (art. 222)	357
9.9	Perda da nacionalidade	357
9.10	Reaquisição da nacionalidade brasileira	359
9.11	Exercícios de fixação	359
CAPÍTULO 10 – DIREITOS POLÍTICOS		363
10.1	Conceito	365
10.1.1	Plebiscito	365
10.1.2	Referendo	365
10.1.3	Iniciativa popular	366
10.1.4	Outros mecanismos de participação direta	367
10.2	Sufrágio, voto e escrutínio	367
10.3	Espécies de direitos políticos	368
10.4	Aquisição da cidadania	368
10.4.1	Capacidade eleitoral ativa	369
10.4.2	Capacidade eleitoral passiva	369
10.5	Direitos políticos negativos	371
10.5.1	Inelegibilidades	371
10.5.1.1	Inelegibilidade absoluta	373
10.5.1.2	Inelegibilidade relativa	374
10.6	Cassação, suspensão e perda dos direitos políticos	376
10.6.1	Perda dos direitos políticos	376
10.6.2	Suspensão dos direitos políticos	377
10.7	Partidos políticos	378
10.8	Fidelidade partidária	380
10.9	Exercícios de fixação	382

CAPÍTULO 11 - DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	385
11.1 Formas de Estado.....	387
11.1.1 Estado unitário.....	387
11.1.2 Estados regionais.....	387
11.1.3 Estado autonômico	388
11.1.4 Estado composto.....	388
11.1.4.1 Confederação.....	388
11.1.4.2 Federação	388
11.2 Espécies de federalismo	388
11.2.1 Federalismo dualista, ou cooperativo, ou de integração.....	388
11.2.2 Federalismo simétrico e assimétrico	389
11.2.3 Federalismo de equilíbrio	389
11.2.4 Federalismo orgânico	389
11.3 Características da federação	390
11.4 Classificação do federalismo	390
11.4.1 Quanto à formação	390
11.4.1.1 Federalismo por movimento centrípeto (agregação).....	390
11.4.1.2 Federalismo por movimento centrífugo (segregação ou desagregação).....	391
11.4.2 Quanto ao tipo	391
11.4.2.1 Federalismo clássico (em dois níveis)	391
11.4.2.2 Federalismo <i>sui generis</i> (em quatro níveis, multifacetado ou de 3.º grau)	391
11.5 Vedações constitucionais aos entes autônomos	391
11.6 República Federativa do Brasil.....	392
11.7 União	394
11.7.1 Bens da União	395
11.7.2 Participação em recursos minerais (<i>royalties</i>).....	397
11.7.3 Faixa de fronteira	398
11.7.4 Regiões administrativas ou em desenvolvimento.....	398
11.8 Estados-membros	399
11.8.1 Bens do Estado-membro.....	401
11.8.2 Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.....	401
11.9 Distrito Federal	402
11.10 Município.....	404
11.10.1 Formação dos Municípios	406

11.11	Território federal.....	408
11.12	Quadro sistematizado de autonomia dos entes federados	409
11.13	Repartição de competência dos entes federados	410
11.13.1	Classificação de competências	411
11.14	Intervenção	419
11.14.1	Intervenção federal	420
11.14.1.1	Pressupostos materiais para intervenção federal	420
11.14.1.2	Pressupostos formais para intervenção.....	421
11.14.1.3	Espécies e procedimento.....	422
11.14.1.4	Procedimento da ação direta interventiva (representação interventiva).....	423
11.14.1.4.1	Petição inicial	424
11.14.1.4.2	Da medida liminar	424
11.14.1.4.3	Informações.....	424
11.14.1.4.4	Advogado-Geral da União e Procurador-Geral da República	425
11.14.1.4.5	Decisão	425
11.14.2	Intervenção estadual.....	426
11.15	Exercícios de fixação	426
CAPÍTULO 12 – ORGANIZAÇÃO DOS PODERES.....		429
12.1	Introdução.....	431
12.2	Sistema de freios e contrapesos	431
12.3	Funções típicas e funções atípicas dos poderes.....	432
12.4	Exercícios de fixação	433
CAPÍTULO 13 – PODER LEGISLATIVO.....		435
13.1	Estrutura e organização do poder legislativo	437
13.1.1	Congresso Nacional.....	437
13.1.1.1	Atribuições do Congresso Nacional	437
13.1.2	Câmara dos Deputados.....	440
13.1.2.1	Atribuições da Câmara dos Deputados.....	440
13.1.3	Senado Federal	441
13.1.3.1	Atribuições do Senado Federal.....	442
13.2	Contagem do tempo no Poder Legislativo	443
13.3	Organização interna das casas do Congresso	445
13.3.1	Mesas diretoras (art. 57, §§ 4.º e 5.º)	445
13.3.2	Comissões Parlamentares (art. 58).....	446
13.3.2.1	Comissões temáticas ou ordinárias	447

13.3.2.2	Comissões representativas ou especiais (art. 58, § 4.º).....	448
13.3.2.3	Comissão de ética (Conselho de Ética).....	449
13.3.2.4	Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI).....	450
13.3.2.4.1	Introdução	450
13.3.2.4.2	Requisitos.....	451
13.3.2.4.3	Atribuições da CPI.....	453
13.3.2.4.4	CPI Estadual e Distrital.....	458
13.3.2.4.5	CPI Municipal.....	459
13.4	Imunidade parlamentar	459
13.4.1	Imunidade material (absoluta, substantiva, real ou inviolabilidade)	460
13.4.2	Imunidade formal ou processual	462
13.5	Perda do mandato.....	467
13.6	Exercícios de fixação	471
CAPÍTULO 14 – PROCESSO LEGISLATIVO		475
14.1	Introdução.....	477
14.2	Espécies de processo (procedimento) legislativo.....	477
14.3	Processo legislativo ordinário.....	478
14.3.1	Iniciativa.....	478
14.3.1.1	Iniciativa concorrente, comum ou geral	478
14.3.1.2	Iniciativa privativa, reservada ou exclusiva	479
14.3.1.2.1	Iniciativa privativa do Presidente da República	480
14.3.1.2.2	Iniciativa privativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.....	481
14.3.1.2.3	Iniciativa privativa do Judiciário.....	482
14.3.1.3	Iniciativa popular	482
14.3.1.4	Iniciativa conjunta.....	483
14.3.2	Deliberação e votação.....	483
14.3.2.1	Fase das comissões	483
14.3.2.2	Fase do Plenário	485
14.3.2.2.1	Casa iniciadora.....	485
14.3.2.2.2	Casa revisora	486
14.3.2.2.3	Formas de votação	486
14.3.2.3	Emendas ao projeto de lei	488
14.3.2.4	Assinatura ou proclamação.....	489

14.3.2.5	Fase executiva	489
14.3.2.5.1	Sanção.....	489
14.3.2.5.2	Veto.....	490
14.3.2.5.2.1	Características do veto...	491
14.3.2.6	Promulgação (garante a executoriedade).....	492
14.3.2.7	Publicação	492
14.4	Processo legislativo sumário	493
14.5	Processos legislativos especiais.....	493
14.5.1	Lei complementar	493
14.5.2	Emendas constitucionais.....	495
14.5.2.1	Iniciativa.....	495
14.5.2.2	Fase das comissões.....	496
14.5.2.3	Fase do Plenário	496
14.5.2.4	Fase revisional.....	497
14.5.2.5	Fase complementar	497
14.5.2.6	Limitações impostas à emenda constitucional...	497
14.6	Lei delegada	498
14.6.1	Vedações materiais (art. 68, § 1.º).....	499
14.7	Medidas provisórias.....	500
14.7.1	Procedimento de conversão da medida provisória em lei...	501
14.7.2	Vedações materiais (art. 62, § 1.º).....	505
14.7.3	Conflitos entre medidas provisórias ou entre estas e leis	506
14.7.4	Medida provisória em matéria tributária	507
14.7.5	Medidas provisórias em âmbito estadual e municipal.....	508
14.8	Decretos legislativos	508
14.9	Resolução	509
14.10	Projeto de código	509
14.11	Leis orçamentárias	510
14.12	Fluxogramas	513
14.13	Exercícios de fixação	516

CAPÍTULO 15 - DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA **519**

15.1	Introdução.....	521
15.2	Controle externo e interno das contas públicas.....	521
15.3	Tribunal de contas.....	522
15.3.1	Atribuições	522

15.3.2	Comissão mista permanente e Tribunal de Contas.....	525
15.3.3	Composição	526
15.3.4	Ministério Público do Tribunal de Contas	527
15.3.5	Tribunais de Contas estaduais, distrital e municipais.....	527
15.4	Exercícios de fixação	528
CAPÍTULO 16 – PODER EXECUTIVO.....		531
16.1	Introdução	533
16.2	Forma de governo	533
16.2.1	Monarquia	533
16.2.2	República.....	533
16.3	Sistema de governo	533
16.3.1	Presidencialismo	533
16.3.2	Parlamentarismo.....	534
16.3.3	Diretorial ou convencional.....	534
16.4	Tipos de poder executivo.....	534
16.5	Governo e administração pública.....	535
16.6	Poder executivo brasileiro.....	535
16.7	Ministros de Estado	535
16.8	Presidente da República	536
16.8.1	Mandato presidencial	536
16.8.2	Eleições presidenciais	537
16.8.3	Atribuições	538
16.8.4	Subsídios	540
16.8.5	Sucessores	540
16.8.6	Vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República.....	541
16.8.7	Perda do cargo.....	542
16.8.8	Prerrogativas processuais penais do Presidente da República.....	542
16.8.9	Processos contra o Presidente da República (crime comum e de responsabilidade).....	543
16.8.9.1	Introdução.....	543
16.8.9.2	<i>Impeachment</i>	544
16.8.9.3	Procedimento	545
16.9	Processos contra o Governador de Estado e Prefeito.....	549
16.10	Vice-Presidente da República.....	550

16.11	Conselhos.....	551
16.11.1	Conselho da República.....	551
16.11.2	Conselho de Defesa Nacional.....	552
16.11.3	Conselho de Comunicação Social	552
16.12	Exercícios de fixação	553
CAPÍTULO 17 – PODER JUDICIÁRIO		555
17.1	Introdução.....	557
17.2	Mudança de filosofia na atuação jurisdicional: substancialismo	558
17.3	Estruturação topológica do poder judiciário	561
17.4	Organização da função jurisdicional.....	562
17.5	Estatuto da magistratura	562
17.6	Garantias constitucionais do Poder Judiciário e de seus integrantes	569
17.6.1	Garantias da magistratura (garantias orgânicas).....	569
17.6.1.1	Independência e autonomia	569
17.6.2	Garantias do magistrado.....	570
17.7	Precatórios	574
17.8	Juizados especiais e justiça de paz.....	580
17.9	Supremo Tribunal Federal (STF).....	580
17.9.1	Composição.....	580
17.9.2	Competência.....	581
17.9.3	Repercussão geral	583
17.9.4	Súmula vinculante	584
17.9.4.1	Histórico.....	584
17.9.4.2	Diversas espécies de súmulas existentes no direito brasileiro.....	585
17.9.4.3	Natureza jurídica.....	586
17.9.4.4	Efeitos da súmula vinculante.....	587
17.9.4.5	Requisitos para edição de súmula vinculante.....	588
17.9.4.6	Procedimento para edição, revisão ou cancelamento de súmula vinculante.....	590
17.9.4.7	Métodos de confrontação e superação de súmula vinculante – Do <i>distinguish</i> , <i>overruling</i> e <i>overriding</i>	591
17.9.4.8	Do descumprimento da súmula vinculante	593
17.9.5	Reclamação constitucional	594
17.9.5.1	Conceito	594
17.9.5.2	Natureza jurídica.....	594

17.9.5.3	Cabimento.....	595
17.9.5.4	Legitimidade ativa.....	603
17.9.5.5	Prazo	603
17.9.5.6	Procedimento	603
17.10	Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	605
17.10.1	Estrutura	605
17.10.2	Competência.....	607
17.11	Superior Tribunal de Justiça (STJ).....	610
17.11.1	Estrutura	610
17.11.2	Competência.....	611
17.12	Justiça Federal.....	614
17.12.1	Estrutura	614
17.12.2	Competência.....	615
17.13	Justiça do Trabalho	617
17.13.1	Estrutura	617
17.13.2	Competência.....	619
17.14	Justiça Eleitoral.....	620
17.14.1	Estrutura	620
17.14.2	Competência.....	621
17.15	Justiça Militar	622
17.15.1	Estrutura	622
17.15.2	Competência.....	622
17.16	Justiça Estadual.....	622
17.17	Fluxograma – Estrutura do Poder Judiciário	625
17.18	Quadro esquematizado sobre o foro por prerrogativa de função	626
17.19	Exercícios de fixação	628
CAPÍTULO 18 – FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA		631
18.1	Introdução.....	633
18.2	Ministério Público	633
18.2.1	Introdução	633
18.2.2	Estrutura do Ministério Público	635
18.2.3	Garantias constitucionais do Ministério Público e de seus membros	639
18.2.3.1	Garantias orgânicas.....	639
18.2.3.1.1	Autonomia funcional e administrativa	639

18.2.3.1.2	Autonomia financeira	640
18.2.3.1.3	Princípios institucionais.....	640
18.2.3.2	Garantias dos membros do Ministério Público .	641
18.2.4	Funções constitucionais do Ministério Público.....	643
18.3	Conselho Nacional do Ministério Público	646
18.3.1	Estrutura	646
18.3.2	Competência.....	647
18.4	Advocacia Pública.....	649
18.5	Advocacia e Defensoria Pública.....	650
18.6	Exercícios de fixação	652
CAPÍTULO 19 – DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS		655
19.1	Sistema constitucional das crises	657
19.1.1	Estado de defesa	657
19.1.1.1	Pressupostos materiais.....	658
19.1.1.2	Procedimento	658
19.1.1.3	Decreto	659
19.1.2	Estado de sítio	659
19.1.2.1	Pressupostos materiais.....	660
19.1.2.2	Procedimento	660
19.1.2.3	Decreto	661
19.2	Forças armadas.....	662
19.3	Segurança pública	663
19.3.1	Órgãos da segurança pública.....	665
19.4	Tabela.....	667
19.5	Exercícios de fixação	668
CAPÍTULO 20 – DIREITOS SOCIAIS.....		671
20.1	Seguridade social	673
20.1.1	Saúde.....	675
20.1.2	Previdência social	677
20.1.2.1	Previdência complementar	680
20.1.3	Assistência social.....	681
20.2	Educação	682
20.2.1	Princípios constitucionais orientadores do ensino.....	682
20.2.2	Autonomia das universidades	683
20.2.3	Deveres do Estado em relação à educação	683

20.2.4	Participação da iniciativa privada.....	684
20.2.5	Conteúdo do ensino	684
20.2.6	Organização do sistema de ensino	685
20.2.7	Financiamento da educação	685
20.2.7.1	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissio- nais da Educação (FUNDEB)	686
20.2.8	Plano nacional de educação.....	687
20.3	Cultura.....	687
20.4	Desporto.....	690
20.5	Ciência, tecnologia e inovação	691
20.6	Comunicação social.....	693
20.6.1	Controle público sobre a comunicação social.....	695
20.6.2	Lei de Imprensa x ADPF 130.....	696
20.7	Meio ambiente	696
20.8	Família, criança, adolescente, jovem e idoso.....	698
20.8.1	Família.....	698
20.8.2	União homoafetiva	700
20.8.3	Criança, adolescente e jovem	703
20.8.4	Idoso	704
20.9	Índios.....	705
20.10	Exercícios de fixação	706
BIBLIOGRAFIA		709
GABARITO		721